

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	19
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	95
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.565.882.893
Preferenciais	0
Total	1.565.882.893
Em Tesouraria	
Ordinárias	6.348.045
Preferenciais	0
Total	6.348.045

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2014	Ordinária		0,05875
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2014	Dividendo	31/03/2014	Ordinária		1,16838

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	11.628.002	11.585.874
1.01	Ativo Circulante	8.503.350	8.606.432
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	153.982	257.145
1.01.03	Contas a Receber	8.349.368	8.349.287
1.01.03.01	Clientes	8.309.581	8.314.607
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	8.309.581	8.314.607
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	39.787	34.680
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	2.769	73
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	25.559	13.074
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	11.459	21.533
1.02	Ativo Não Circulante	3.124.652	2.979.442
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.671.237	1.501.348
1.02.01.03	Contas a Receber	181	183
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	181	183
1.02.01.06	Tributos Diferidos	653.163	575.860
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	653.163	575.860
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.017.893	925.305
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.017.893	925.305
1.02.02	Investimentos	810.497	850.181
1.02.03	Imobilizado	512.126	497.049
1.02.04	Intangível	130.792	130.864
1.02.04.01	Intangíveis	130.792	130.864
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	56.799	56.799
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	73.993	74.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	11.628.002	11.585.874
2.01	Passivo Circulante	5.819.727	5.958.069
2.01.02	Fornecedores	4.334.454	4.568.860
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.334.454	4.568.860
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	3.833.133	4.120.948
2.01.02.01.02	Fornecedores	490.000	435.342
2.01.02.01.03	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	11.321	12.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	345.172	528.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	253.944	269.555
2.01.05	Outras Obrigações	886.157	591.640
2.01.05.02	Outros	886.157	591.640
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	769.767	453.510
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	116.390	138.130
2.02	Passivo Não Circulante	2.320.715	2.307.980
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.202.607	1.275.086
2.02.02	Outras Obrigações	4.297	3.991
2.02.04	Provisões	1.113.811	1.028.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.113.811	1.028.903
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.113.811	1.028.903
2.03	Patrimônio Líquido	3.487.560	3.319.825
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-99.052	62.582
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-198.156	-37.055
2.03.02.07	Reserva de Capital	99.104	99.637
2.03.04	Reservas de Lucros	1.581.086	2.251.795
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.526	5.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.540.273	3.064.895	1.375.927	2.673.428
3.01.01	Receita Operacional	1.708.845	3.401.098	1.529.998	2.970.756
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-168.572	-336.203	-154.071	-297.328
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-462.302	-894.246	-412.602	-782.982
3.03	Resultado Bruto	1.077.971	2.170.649	963.325	1.890.446
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-237.715	-444.121	-202.878	-373.259
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-237.715	-444.121	-202.878	-373.259
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-88.698	-149.599	-70.110	-127.261
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-51.234	-104.700	-41.519	-75.234
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-55.898	-119.227	-45.665	-96.512
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-46.517	-79.165	-46.374	-79.776
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	4.632	8.570	790	5.524
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	840.256	1.726.528	760.447	1.517.187
3.06	Resultado Financeiro	333.928	644.476	193.356	386.062
3.06.01	Receitas Financeiras	425.934	825.385	250.207	479.392
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.022	5.955	4.360	7.956
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	439.110	849.320	268.102	495.796
3.06.01.03	Despesas de Ajuste a Valor Presente - Antecipação de Recebíveis	-16.123	-29.795	-22.190	-24.563
3.06.01.04	Variação cambial, Líquida	-75	-95	-65	203
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.006	-180.909	-56.851	-93.330
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-92.006	-180.909	-56.851	-93.330
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.174.184	2.371.004	953.803	1.903.249
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-377.394	-771.536	-320.704	-639.885
3.08.01	Corrente	-442.814	-848.839	-344.386	-677.737
3.08.02	Diferido	65.420	77.303	23.682	37.852
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	796.790	1.599.468	633.099	1.263.364
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	796.790	1.599.468	633.099	1.263.364
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,50938	1,02249	0,40411	0,80641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,50820	1,02028	0,40400	0,80619

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	796.790	1.599.468	633.099	1.263.364
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17	78	295	359
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-18.750	-43.381	62.892	53.743
4.02.02	Resultados com Instrumentos de "Hedge" (Bonds) s/Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	18.767	43.459	-62.597	-53.384
4.03	Resultado Abrangente do Período	796.807	1.599.546	633.394	1.263.723

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.227.214	937.574
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.749.491	2.282.144
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	2.371.004	1.903.249
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	165.323	152.744
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. e Intang.	568	640
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	14.454	10.930
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-533	7.083
6.01.01.09	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	57.376	26.107
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	90.681	100.242
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	29.795	24.563
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	29.770	32.180
6.01.01.13	Equivalência Patrimonial	-8.570	-5.524
6.01.01.15	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	-377	-549
6.01.01.16	Perda no Valor Recuperável de ágio	0	30.479
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-458.474	-445.479
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-24.769	-1.177.734
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	-2.696	4
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-9.802	-1.620
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-92.588	-89.186
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	10.074	-5.335
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-345.191	868.927
6.01.02.08	Fornecedores	54.658	-23.390
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-19.703	-3.526
6.01.02.10	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	-1.249	-174
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-21.435	-11.057
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-5.773	-2.388
6.01.03	Outros	-1.063.803	-899.091
6.01.03.02	Juros Pagos	-29.438	-31.270
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-1.034.365	-867.821
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-193.158	-167.887
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas e "Joint Ventures"	-1.000	-4.501
6.02.02	Dividendos Recebidos de Controladas	3.192	4.009
6.02.06	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão para Perdas	-195.350	-167.395
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.137.219	-819.298
6.03.01	Captação de Empréstimos FINAME	115.865	142.577
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	-173.262	-42.554
6.03.04	IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-6.900	-5.387
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-947.020	-828.644
6.03.06	Pagamento de Principal de Empréstimos	-138.063	-90.463
6.03.07	Venda Ações Tesouraria pelo Exercício Opção de Ações	12.161	5.173
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-103.163	-49.611
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	257.145	282.487
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	153.982	232.876

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-161.634	-2.270.177	0	0	-1.431.811
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-173.262	0	0	0	-173.262
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	-533	0	0	0	-533
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	12.161	0	0	0	12.161
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios Propostos	0	0	-702.967	0	0	-702.967
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-66.800	0	0	-66.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.599.468	0	78	1.599.546
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.599.468	0	0	1.599.468
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	78	78
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-43.381	-43.381
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	43.459	43.459
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-99.052	1.581.086	0	5.526	3.487.560

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	-30.298	-1.551.313	0	0	-1.081.611
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-42.554	0	0	0	-42.554
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	7.083	0	0	0	7.083
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	5.173	0	0	0	5.173
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2012	0	0	-443.403	0	0	-443.403
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios Propostos	0	0	-558.510	0	0	-558.510
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-49.400	0	0	-49.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.263.364	0	359	1.263.723
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.263.364	0	0	1.263.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	359	359
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	53.743	53.743
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-53.384	-53.384
5.07	Saldos Finais	1.000.000	46.243	1.534.758	0	5.338	2.586.339

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	3.343.722	2.944.649
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.401.098	2.970.756
7.01.02	Outras Receitas	-57.376	-26.107
7.01.02.01	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-57.376	-26.107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-957.641	-855.062
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-675.042	-582.279
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-260.807	-219.113
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-567	-29.244
7.02.04	Outros	-21.225	-24.426
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.386.081	2.089.587
7.04	Retenções	-165.323	-152.744
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-165.323	-152.744
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.220.758	1.936.843
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	833.955	484.916
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.570	5.524
7.06.02	Receitas Financeiras	825.385	479.392
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.054.713	2.421.759
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.054.713	2.421.759
7.08.01	Pessoal	145.027	110.026
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.129.616	956.216
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	180.602	92.153
7.08.03.03	Outras	180.602	92.153
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	180.602	92.153
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.599.468	1.263.364
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	66.800	49.400
7.08.04.02	Dividendos	702.967	558.510
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	829.701	655.454

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	13.460.114	13.310.582
1.01	Ativo Circulante	9.210.057	9.104.461
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	431.439	423.062
1.01.03	Contas a Receber	8.778.618	8.681.399
1.01.03.01	Clientes	8.726.838	8.638.509
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	8.726.838	8.638.509
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51.780	42.890
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	467	642
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados e a Recuperar	1.219	1.234
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	35.169	17.378
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	14.925	23.636
1.02	Ativo Não Circulante	4.250.057	4.206.121
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.729.872	1.562.997
1.02.01.03	Contas a Receber	16.899	19.046
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.899	19.046
1.02.01.06	Tributos Diferidos	668.762	592.542
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	668.762	592.542
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.044.211	951.409
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.044.211	951.409
1.02.02	Investimentos	52.914	46.388
1.02.03	Imobilizado	530.689	515.328
1.02.04	Intangível	1.936.582	2.081.408
1.02.04.01	Intangíveis	1.936.582	2.081.408
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	944.757	999.725
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	991.825	1.081.683

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	13.460.114	13.310.582
2.01	Passivo Circulante	6.418.189	6.363.961
2.01.02	Fornecedores	4.872.209	4.902.100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.872.209	4.902.100
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	4.310.672	4.404.935
2.01.02.01.02	Fornecedores	561.537	497.165
2.01.03	Obrigações Fiscais	346.443	538.484
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	257.271	273.110
2.01.05	Outras Obrigações	942.266	650.267
2.01.05.02	Outros	942.266	650.267
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	769.767	453.510
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	172.499	196.757
2.02	Passivo Não Circulante	3.544.810	3.614.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.087.077	2.215.375
2.02.02	Outras Obrigações	10.055	9.749
2.02.03	Tributos Diferidos	295.458	325.594
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	295.458	325.594
2.02.04	Provisões	1.152.220	1.064.024
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.152.220	1.064.024
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.152.220	1.064.024
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.497.115	3.331.879
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-99.052	62.582
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-198.156	-37.055
2.03.02.07	Reserva de Capital	99.104	99.637
2.03.04	Reservas de Lucros	1.581.086	2.251.795
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.526	5.448
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	9.555	12.054

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.840.727	3.658.416	1.619.758	3.143.277
3.01.01	Receita Operacional	2.021.125	4.016.463	1.782.654	3.458.096
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-180.398	-358.047	-162.896	-314.819
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-703.776	-1.363.508	-610.355	-1.167.405
3.03	Resultado Bruto	1.136.951	2.294.908	1.009.403	1.975.872
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-285.217	-544.439	-235.478	-437.012
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-285.217	-544.439	-235.478	-437.012
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-91.161	-164.177	-70.756	-129.327
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-87.646	-171.326	-65.237	-120.005
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-58.094	-125.478	-50.463	-105.196
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-51.093	-88.984	-49.429	-81.605
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	2.777	5.526	407	-879
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	851.734	1.750.469	773.925	1.538.860
3.06	Resultado Financeiro	325.659	627.368	186.623	371.665
3.06.01	Receitas Financeiras	426.511	826.668	250.480	480.090
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.608	7.239	4.630	8.655
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	439.110	849.320	268.102	495.796
3.06.01.03	Despesas de Ajuste a Valor Presente - Antecipação de Recebíveis	-16.123	-29.795	-22.190	-24.563
3.06.01.04	Varição Cambial, Líquida	-84	-96	-62	202
3.06.02	Despesas Financeiras	-100.852	-199.300	-63.857	-108.425
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-100.852	-199.300	-63.857	-108.425
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.177.393	2.377.837	960.548	1.910.525
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-380.451	-775.017	-326.628	-644.170
3.08.01	Corrente	-450.430	-861.333	-351.429	-687.103
3.08.02	Diferido	69.979	86.316	24.801	42.933
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	796.942	1.602.820	633.920	1.266.355
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	796.942	1.602.820	633.920	1.266.355
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	796.790	1.599.468	633.099	1.263.364

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	152	3.352	821	2.991
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,50938	1,02249	0,40411	0,80641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,50820	1,02028	0,40400	0,80619

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	796.942	1.602.820	633.920	1.266.355
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17	78	295	359
4.02.01	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	-18.750	-43.381	62.892	53.743
4.02.02	Resultado com Instrumentos de "Hedge" (Bonds) s/ Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	18.767	43.459	-62.597	-53.384
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	796.959	1.602.898	634.215	1.266.714
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	796.807	1.599.546	633.394	1.263.723
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	152	3.352	821	2.991

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.362.323	1.014.902
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.829.784	2.357.189
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	2.377.837	1.910.525
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	206.467	193.517
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. Intang. Líq	568	640
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	19.191	11.541
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-533	7.083
6.01.01.09	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	57.376	26.107
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	94.000	102.736
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	29.795	24.563
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	47.634	46.677
6.01.01.13	Equivalência Patrimonial	-5.526	879
6.01.01.15	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos captados no Exterior	-377	-549
6.01.01.16	Perda no Valor Recuperável de ágio	0	30.479
6.01.01.17	Participação de Outros Acionistas que não da Cielo S.A.	3.352	2.991
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-366.932	-412.597
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-118.124	-1.271.315
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	175	21
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	15	722
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-15.644	-6.714
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-92.802	-89.623
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	8.711	-5.835
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-151.639	997.269
6.01.02.08	Fornecedores	64.372	-19.515
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-21.471	-2.857
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-34.721	-11.712
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-5.804	-3.038
6.01.03	Outros	-1.100.529	-929.690
6.01.03.02	Juros Pagos	-46.238	-46.562
6.01.03.03	IR e CS pagos	-1.054.291	-883.128
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-210.178	-174.955
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas e "Joint Ventures"	-1.000	-4.501
6.02.06	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão para Perdas	-209.178	-178.643
6.02.07	Recebimento Indenização Paga pelos Vendedores da Me-S	0	8.189
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.137.219	-819.298
6.03.01	Captação de Empréstimos FINAME	115.865	142.577
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	-173.262	-42.554
6.03.04	IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-6.900	-5.387
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-947.020	-828.644
6.03.06	Pagamento de Principal de Empréstimos	-138.063	-90.463
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	12.161	5.173
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-6.549	4.681

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.377	25.330
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	423.062	404.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	431.439	429.665

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-161.634	-2.270.177	0	0	-1.431.811	-5.851	-1.437.662
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-173.262	0	0	0	-173.262	0	-173.262
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	-533	0	0	0	-533	0	-533
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	12.161	0	0	0	12.161	0	12.161
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410	0	-500.410
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios Propostos	0	0	-702.967	0	0	-702.967	0	-702.967
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-66.800	0	0	-66.800	0	-66.800
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-5.851	-5.851
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.599.468	0	78	1.599.546	3.352	1.602.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.599.468	0	0	1.599.468	3.352	1.602.820
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	78	78	0	78
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-43.381	-43.381	0	-43.381
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	43.459	43.459	0	43.459
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-99.052	1.581.086	0	5.526	3.487.560	9.555	3.497.115

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227	8.934	2.413.161
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227	8.934	2.413.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	-30.298	-1.551.313	0	0	-1.081.611	-3.956	-1.085.567
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-42.554	0	0	0	-42.554	0	-42.554
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	7.083	0	0	0	7.083	0	7.083
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	5.173	0	0	0	5.173	0	5.173
5.04.11	Dividendos Pagos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2012	0	0	-443.403	0	0	-443.403	0	-443.403
5.04.12	Dividendos Mínimos Obrigatórios Propostos	0	0	-558.510	0	0	-558.510	0	-558.510
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-49.400	0	0	-49.400	0	-49.400
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-3.956	-3.956
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.263.364	0	359	1.263.723	2.991	1.266.714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.263.364	0	0	1.263.364	2.991	1.266.355
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	359	359	0	359
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	53.743	53.743	0	53.743
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-53.384	-53.384	0	-53.384
5.07	Saldos Finais	1.000.000	46.243	1.534.758	0	5.338	2.586.339	7.969	2.594.308

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	3.959.087	3.431.989
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.016.463	3.458.096
7.01.02	Outras Receitas	-57.376	-26.107
7.01.02.01	Perda com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-57.376	-26.107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.396.788	-1.192.614
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.136.763	-946.817
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-219.697	-181.255
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.049	-29.222
7.02.04	Outros	-35.279	-35.320
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.562.299	2.239.375
7.04	Retenções	-206.467	-193.517
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-206.467	-193.517
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.355.832	2.045.858
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	828.842	476.220
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.526	-879
7.06.02	Receitas Financeiras	826.668	480.090
7.06.03	Outros	-3.352	-2.991
7.06.03.01	Participação dos Acionistas que não da Cielo S.A.	-3.352	-2.991
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.184.674	2.522.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.184.674	2.522.078
7.08.01	Pessoal	219.050	162.109
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.161.432	983.633
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	204.724	112.972
7.08.03.03	Outras	204.724	112.972
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	204.724	112.972
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.599.468	1.263.364
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	66.800	49.400
7.08.04.02	Dividendos	702.967	558.510
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	829.701	655.454

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, acompanhados do relatório de revisão de informações trimestrais dos nossos Auditores Independentes.

As Informações Contábeis Intermediárias da Sociedade foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting.

DESTAQUES DO 2º TRIMESTRE DE 2014

- Volume financeiro de transações totalizou R\$ 125,3 bilhões, aumento de 17,9% em relação ao 2T13, ou R\$ 19,1 bilhões; e aumento de 4,8% em relação ao 1T14, ou R\$ 5,8 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou R\$ 1,8 bilhão, aumento de 13,6% em relação ao 2T13, ou R\$ 221,0 milhões, e aumento de 1,3% em relação ao 1T14, ou R\$ 23,0 milhões;
- Antecipação de Recebíveis atingiu 17,9% sobre o volume financeiro de crédito, aumento de 1,8 ponto percentual em relação ao 2T13 e redução de 0,8 ponto percentual em relação ao 1T14;
- EBITDA de R\$ 955,5 milhões, aumento de 9,3% em relação ao 2T13, ou R\$ 81,6 milhões, e redução de 4,6% em relação ao 1T14, ou R\$ 45,9 milhões;
- Margem EBITDA de 51,9%, redução de 2,0 pontos percentuais em comparação ao 2T13 e redução de 3,2 pontos percentuais em relação ao 1T14;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$ 796,8 milhões, aumento de 25,9% em relação ao 2T13, ou R\$ 163,7 milhões, e redução de 0,7% em relação ao 1T14, ou R\$ 5,9 milhões;

DESEMPENHO OPERACIONAL 2T14

VOLUME FINANCEIRO DE TRANSAÇÃO

No 2T14, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 125,3 bilhões, representando um acréscimo de 17,9%, quando comparado aos R\$ 106,3 bilhões no mesmo período em 2013 e aumento de 4,8% em relação ao 1T14. O número de transações capturadas foi de 1,359 bilhão, um crescimento de 17,3% em relação ao 2T13 e aumento de 3,1% sobre o 1T14.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 76 bilhões no 2T14, o que representou um crescimento de 13,0% em relação ao 2T13 e aumento de 3,9% em relação ao 1T14.

Comentário do Desempenho

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 49,4 bilhões no 2T14, um crescimento de 26,4% em relação ao 2T13 e aumento de 6,3% em relação ao 1T14.

PONTO DE VENDAS ATIVOS E BASE DE EQUIPAMENTOS

O número de pontos de venda ativos totalizou 1,47 milhão ao final do 2T14, o que representa um aumento de 11,3% sobre o 2T13 e um aumento de 2,6% sobre o 1T14.

Ponto de Vendas Ativos	2T14	2T13	1T14	2T14 X 2T13	2T14 X 1T14
Ponto de Vendas Ativos em 30 dias (mil)	1.473	1.324	1.435	11,3%	2,6%

A base instalada de POS apresentou crescimento de 9,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e de 1,7% em relação ao 1T14. O equipamento WiFi/GPRS terminou o 2T14 representando 58,8% da base instalada.

POS	2T14	2T13	1T14	2T14 X 2T13	2T14 X 1T14
# POS Instalado	1.899	1.743	1.867	9,0%	1,7%
% Wireless	58,8%	52,0%	57,3%	6,8 p.p.	1,5p.p.

DESEMPENHO FINANCEIRO 2T14

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE MARÇO DE 2014

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Sociedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas, aumentou R\$23,0 milhões, ou 1,3%, para R\$1.840,7 milhões no 2T14, comparada com R\$1.817,7 milhões no 1T14. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado à contínua expansão dos negócios, parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do dólar na receita gerada pela Merchant e-Solution.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$44,1 milhões, ou 6,7%, para R\$703,8 milhões no 2T14, comparado com R\$659,7 milhões no 1T14. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$ 10,7 milhões nos custos de manutenção e ativação de terminais, devido ao aumento na substituição de equipamentos para máquinas sem fio e ao incremento na demanda em função do Dia das Mães;

Comentário do Desempenho

- (ii) Acréscimo de R\$ 8,3 milhões referente aos “fees” pagos às bandeiras, dado o aumento no volume de transações;
- (iii) Acréscimo de R\$ 7,9 milhões em suprimentos, suporte logístico, serviços de central de atendimento, processamento e sistemas, dado o aumento no volume financeiro de transações e o crescimento de terminais ativos em função do Dia das Mães;
- (iv) Acréscimo de R\$ 7,6 milhões devido ao aumento de custos nas controladas;
- (v) Acréscimo de R\$ 7,3 milhões referente aos maiores gastos com projetos relacionados a melhorias e manutenções do ambiente de TI e operacional; entre outros.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$26,0 milhões, ou 10,0%, para R\$285,2 milhões no 2T14, comparadas com R\$259,2 milhões no 1T14.

As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal aumentaram 4,7%, ou R\$ 3,9 milhões, para R\$ 87,6 milhões no 2T14, comparados com os R\$ 83,7 milhões no 1T14. Essa variação decorre principalmente do aumento no quadro de funcionários.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram 27,7%, ou R\$ 18,0 milhões, para R\$ 82,8 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 64,8 milhões no 1T14. Essa variação ocorreu substancialmente em razão de gastos no 2T14 com serviços profissionais relacionados a projetos e consultorias.

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing diminuíram 13,8% ou R\$ 9,3 milhões, para R\$ 58,1 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 67,4 milhões no 1T14. Essa variação é decorrente da redução de comissão de vendas nas operações dos EUA, devido à renegociação de contratos, de menor volume de iniciativas de vendas e de compra de mídia no 2T14, comparado ao trimestre anterior.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 13,2 milhões, ou 34,8%, para R\$ 51,1 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 37,9 milhões no 1T14. O acréscimo está substancialmente relacionado ao aumento de despesas com contingências no 2T14 referente a processos trabalhistas e cíveis em R\$ 9,5 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 325,7 milhões no 2T14, um aumento de 7,9% em relação ao 1T14, que obteve um resultado de R\$ 301,7 milhões.

Receitas financeiras. Não houve variação nas receitas financeiras auferidas no 2T14 em comparação ao 1T14, mantendo-se em R\$ 3,6 milhões.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$ 2,5 milhões, ou 2,4%, para R\$ 100,9 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 98,4 milhões no 1T14. Essa variação decorre

Comentário do Desempenho

principalmente em função dos juros provenientes do aumento da operação de antecipação de recebíveis com emissores no 2T14.

Antecipação de recebíveis e ajuste a valor presente. A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente aumentou R\$ 26,5 milhões, ou 6,7%, para R\$ 423,0 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 396,5 milhões no 1T14. Essa variação decorre principalmente da mudança no mix da carteira de clientes, com aumento nas operações no varejo em relação a grandes contas.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 30 DE JUNHO DE 2013

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas aumentou 13,6%, ou R\$ 220,9 milhões, para R\$ 1.840,7 milhões no 2T14, comparada com R\$ 1.619,8 milhões no 2T13. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado à contínua expansão dos negócios da Companhia e ao impacto da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$93,4 milhões, ou 15,3%, para R\$703,8 milhões no 2T14, comparado com R\$610,4 milhões no 2T13. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$ 38,9 milhões devido ao aumento nos custos das controladas Merchant e-Solutions – que sofre impacto da apreciação do dólar, e M4U;
- (ii) Aumento de R\$ 36,6 milhões referente ao acréscimo dos “fees” pagos às bandeiras, dado o aumento do volume de transações;
- (iii) Acréscimo de R\$ 16,5 milhões referente aos maiores gastos com projetos relacionados a melhorias e manutenções do ambiente de TI e operacional; entre outros.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$ 49,8 milhões, ou 21,1%, para R\$ 285,2 no 2T14, comparadas aos R\$ 235,5 milhões no 2T13. As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal apresentaram um aumento de 34,3%, ou R\$ 22,4 milhões, para R\$ 87,6 milhões no 2T14, comparados com os R\$ 65,2 milhões no 2T13. Essa variação decorre principalmente do aumento do quadro de funcionários da equipe de projetos estratégicos e de relacionamento com bancos e do reajuste nos salários definido pelo acordo com o sindicato.

Comentário do Desempenho

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram 29,0%, ou R\$ 18,6 milhões, para R\$ 82,8 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 64,2 milhões no 2T13. Essa variação decorre, principalmente, dos maiores gastos com serviços profissionais relacionados a projetos corporativos e da apreciação do dólar médio do período.

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing aumentaram 15,1% ou R\$ 7,6 milhões, para R\$ 58,1 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 50,5 milhões no 2T13. Essa variação decorre do aumento da realização de campanhas de vendas e parcerias, e de compra de mídia no 2T14, em relação ao mesmo período no ano anterior. As despesas de vendas e marketing representaram 3,2% da receita líquida total no período.

Equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$ 2,4 milhões, para R\$ 2,8 milhões no 2T14, comparadas com R\$ 0,4 milhão no 2T13. O acréscimo está relacionado ao melhor resultado líquido das controladas em conjunto no 2T14 em relação ao 2T13.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 1,7 milhão, ou 3,4%, para R\$ 51,1 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 49,4 milhões no 2T13.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 325,7 milhões no 2T14, um aumento de 74,5% em relação ao 2T13, quando alcançou R\$ 186,6 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram R\$ 1,0 milhão, ou 22,1%, para R\$ 3,6 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 4,6 milhões no 2T13, em decorrência da variação do saldo médio das aplicações financeiras.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$ 37,0 milhões, ou 57,9%, para R\$ 100,9 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 63,9 milhões no 2T13. Essa variação decorre principalmente em função dos juros provenientes do aumento da operação de antecipação de recebíveis com emissores no 2T14.

Antecipação de recebíveis e ajuste a valor presente. A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente aumentou R\$ 177,1 milhões, ou 72,0%, para R\$ 423,0 milhões no 2T14, comparadas com os R\$ 245,9 milhões no 2T13. Essa variação decorre principalmente do aumento do volume de antecipação em relação ao volume total de crédito.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas que não a Cielo S.A.

O EBITDA totalizou R\$ 955,5 milhões no 2T14, aumento de 9,3% em relação ao 2T13 e redução de 4,6% sobre o 1T14.

EBITDA (R\$ milhões)	2T14	1T14	2T13
Lucro Líquido Cielo	796,8	802,7	633,1
Participação dos acionistas que não da Cielo S.A.	0,2	3,2	0,8
Resultado Financeiro	(325,7)	(301,7)	(186,6)
Imposto de Renda e Contribuição Social	380,5	394,6	326,6
Depreciação e Amortização	103,8	102,7	100,0
EBITDA	955,5	1001,4	873,9
<i>% Margem EBITDA</i>	<i>51,9%</i>	<i>55,1%</i>	<i>54,0%</i>

O EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade da Sociedade e suas controladas, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Sociedade, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cielo está listada no segmento denominado Novo Mercado da BM&FBovespa, o que é resultado da implementação do mais avançado nível de governança corporativa. Nesse sentido a Companhia se compromete, de forma voluntária, a adotar práticas que excedem as exigências da legislação, com referência a governança corporativa e aos direitos dos acionistas, zelando sempre pela prática de condutas éticas e sustentáveis. Reflexo disso é a adoção de algumas práticas que vão além daquelas estabelecidas pelo Novo Mercado como, por exemplo, estabelecer mecanismo de autoavaliação do Conselho de Administração de forma colegiada e individual, restringir a troca de informações ao Portal Eletrônico de Governança Corporativa, a manutenção de Políticas de Dividendos, de Divulgação, de Negociação de Valores Mobiliários e de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo Conflito de Interesses, além de Código de Ética, que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governo.

Para que os interesses de seus administradores estejam de acordo com os interesses de seus acionistas, especialmente os minoritários, a monitoria da gestão e desempenho da Cielo é exercida por um Conselho de Administração composto por 11 (onze) conselheiros, dos quais 3 (três) são membros independentes, por um Conselho Fiscal não permanente composto por 5 (cinco)

Comentário do Desempenho

conselheiros, dos quais 2 (dois) são independentes, por uma Diretoria Executiva composta por 7 membros, e por Comitês e Fóruns de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

Desde o dia 01 de junho de 2011, a Cielo está listada no mercado de balcão OTCQX Internacional, que é um segmento premium do mercado Americano, que distingue as principais empresas internacionais de outros valores mobiliários negociados no mercado de balcão OTC dos EUA pela qualidade de seus negócios operacionais, a excelência da sua divulgação e sua listagem em qualificadas bolsas de valores estrangeiras. A partir de 2014, a Cielo passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. No quesito sustentabilidade, a Companhia mantém práticas estruturadas, tais como a publicação de um Relatório de Sustentabilidade auditado e orientado por padrões internacionais, a realização e divulgação de um Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa e a implementação de diversas políticas que abordam questões importantes como meio ambiente, gestão de pessoas e riscos corporativos, reunidas em um rigoroso Código de Ética compartilhado entre colaboradores e fornecedores.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 2T14 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes estabelece mecanismos para que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em 2014, a KPMG prestou serviços adicionais para a Cielo além da auditoria de suas demonstrações financeiras, em razão de haver sido contratada para realizar o trabalho específico de avaliação dos eventuais impactos contábeis oriundos da nova regulação do setor de meios de pagamento, no montante de R\$ 138 mil, que representa aproximadamente 6% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras. Em atendimento às normas de governança corporativa da Companhia, a referida proposta foi previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração, que concluíram pela inexistência de conflitos à independência da KPMG.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de Revisão das Informações Trimestrais-ITR realizada pelos auditores independentes em 30 de junho de 2014.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de Junho de 2014

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, SP, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “CIEL3”, e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas diretas, controladas indiretas e controladas em conjunto (“joint ventures”) é como segue:

Controladas diretas

- **Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)** - Seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- **Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)** - Tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotistas ou acionistas (“holdings”). Em 30 de junho de 2014, essa “holding” detêm o controle da Me-S.
- **Multisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multisplay”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; e o comércio de recarga de aparelhos celulares..
- **Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)** - Tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Notas Explicativas

Controladas indiretas

- **M4Produtos e Serviços S.A. (“M4Produtos”)** - Controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- **Merchant e-Solutions, Inc. (“Me-S”)** - Controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.

Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

- **Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”)** - Anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - Seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- **Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- **Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”)** - Controlada da Orizon até março de 2014, tinha como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. Em março de 2014, a Precisa foi alienada integralmente para outro grupo econômico.
- **Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (“Guilher”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
- **Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

A Cielo e suas controladas são também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório.

Alienação de controlada em conjunto

No contexto operacional, destaca-se a alienação integral da controlada em conjunto Precisa em 20 de março de 2014 para outro grupo econômico, no montante de R\$ 1.500.

Notas Explicativas

Em atendimento ao CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (“joint ventures”), as informações contábeis intermediárias individuais da Precisa foram refletidas no ativo e no resultado do período de sua controladora direta Orizon mediante o método de equivalência patrimonial até a data da alienação. No trimestre findo em 30 de junho de 2014, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não mais contemplaram as informações da Precisa, exceto o resultado acumulado de equivalência patrimonial reconhecido no trimestre findo em 31 de março de 2014, na rubrica “equivalência patrimonial” (vide Nota Explicativa nº 7).

Novos negócios societários

Em 16 de abril de 2014, Cielo informou ao mercado a celebração de memorando de entendimentos com a Cia Brasileira de Soluções e Serviços (“CBSS”), controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., para participar no capital social da Stelo S.A., subsidiária integral da CBSS que atua como facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

A concretização da operação está sujeita à assinatura dos documentos definitivos e à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade e das autoridades regulatórias aplicáveis.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias de cada empresa do Grupo (localizadas no Brasil e cuja moeda funcional é o real (R\$)), as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção dos investimentos contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (“hedge de investimento”).

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais do período. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: alienação da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do período.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

Notas Explicativas

2.5 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais

- a. Antecipação de recebíveis - sobre as contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de antecipações de recebíveis, é registrado ajuste a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.
- b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.
- c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.
- e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.
- f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.6 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

2.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

- O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de completar o ativo intangível usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível; (iv) como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; (v) a disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; (vi) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios.

- Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

- Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Notas Explicativas

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

2.11 Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“Joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância para governar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às informações contábeis individuais com base no método de equivalência patrimonial. Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das

Notas Explicativas

controladas (diretas e indiretas) são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido.

2.12 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do período. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60 no período. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.13 Benefícios a empregados

A Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Notas Explicativas

Além disso, a Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio.

Na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Adicionalmente, a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais. Os custos relacionados as ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.14 Ativos e passivos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando: (i) essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento; (ii) for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base; (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor

Notas Explicativas

recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do período no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

- Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) for incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo; (ii) for parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; (iii) for um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.
- Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir; (ii) compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente; (iii) formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos,

Notas Explicativas

e a norma IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita de outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto, sendo essa taxa aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto, e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

Notas Explicativas

2.16 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis intermediárias, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.g).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.18 Plano de opções de ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada período de relatório, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos, valorização de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

Notas Explicativas

2.20 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.21 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo não adotou de forma antecipada a IFRS nova e revisada a seguir, já emitida e ainda não em vigor:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes – introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).

A Administração da Sociedade avaliou essas novas IFRS e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.22 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, a Companhia passará a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central.

A Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e outros requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está avaliando os eventuais efeitos da adoção da nova regulamentação, bem como tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir do início de sua vigência.

A Cielo já realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do Banco Central.

3 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag e Cielo USA, das controladas indiretas Me-S e M4Produtos.

Aplicação de novas normas contábeis - “Joint Venture”

A adoção, a partir de 2013, das normas CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto em relação as “joint ventures” do Grupo, as quais possuem a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle, resultaram na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas “joint ventures” Paggo, Orizon, Precisa (participação societária alienada em março de 2014), Guilher e Prevsaude, empresas controladas em conjunto, de acordo com a norma IAS 31 - “Interest in Joint Ventures”. Essas empresas controladas em conjunto são classificadas como “joint ventures” e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional do Grupo nos ativos líquidos, no resultado e nos resultados abrangentes da Sociedade em uma única conta apresentada nas informações contábeis intermediárias consolidadas da posição financeira, bem como nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado ou do resultado abrangente, como “Investimentos” e “Equivalência patrimonial”, respectivamente.

Reavaliação de política contábil - Reconhecimento da receita de comissão sobre vendas parceladas

No último trimestre de 2013, a Administração reavaliou algumas práticas contábeis e, após a implementação de projeto de desenvolvimento sistêmico, ajustou a política contábil de reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas. Portanto, a partir do referido trimestre, o reconhecimento da receita referente à comissão sobre as transações parceladas passou a ser efetuado no momento em que a transação comercial ocorre (“primeira parcela ou captura”), tendo em vista que a efetivação da transação e geração de receita é praticamente todo consumado neste momento, considerando ainda que, após a mudança na prática contábil, os custos atrelados à transação também foram reconhecidos na data da captura da transação.

A Administração acredita que a nova política contábil adotada para o reconhecimento de sua comissão sobre as transações parceladas trouxe maior transparência, maior aderência com a prática de mercado e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa alteração de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Notas Explicativas

Estão sendo apresentadas a seguir as demonstrações financeiras referente ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias referente ao balanço patrimonial de 30 de junho de 2013, bem como as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2013.

Balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de "joint ventures" (*)	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Ativo:							
Circulante	5.888.237	-	5.888.237	6.338.629	(40.146)	-	6.298.483
Não circulante	2.561.235	-	2.561.235	3.698.560	30.465	-	3.729.025
Total do ativo	8.449.472	-	8.449.472	10.037.189	(9.681)	-	10.027.508
Passivo e patrimônio líquido:							
Circulante	4.216.660	(127.054)	4.089.606	4.627.457	(8.513)	(127.054)	4.491.890
Não circulante	1.955.639	-	1.955.639	3.123.625	(1.168)	-	3.122.457
Patrimônio líquido	2.277.173	127.054	2.404.227	2.286.107	-	127.054	2.413.161
Total do passivo e patrimônio líquido	8.449.472	-	8.449.472	10.037.189	(9.681)	-	10.027.508

Balanço patrimonial do período findo em 30 de junho de 2013

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/06/2013 Reapresentado	30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/06/2013 Reapresentado
Ativo:						
Circulante	6.998.973	-	6.998.973	7.581.201	-	7.581.201
Não circulante	2.718.259	-	2.718.259	3.929.836	-	3.929.836
Total do ativo	9.717.232	-	9.717.232	11.511.037	-	11.511.037
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	5.129.463	(126.207)	5.003.256	5.660.528	(126.207)	5.534.321
Não circulante	2.127.637	-	2.127.637	3.382.408	-	3.382.408
Patrimônio líquido	2.460.132	126.207	2.586.339	2.468.101	126.207	2.594.308
Total do passivo e patrimônio líquido	9.717.232	-	9.717.232	11.511.037	-	11.511.037

Notas Explicativas***Demonstração do resultado referente ao período findo em 30 de junho de 2013***

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	01/04/2013 a 30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/04/2013 a 30/06/2013 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/04/2013 a 30/06/2013 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	1.360.695	15.232	1.375.927	1.604.526	15.232	1.619.758
Lucro bruto	948.547	14.778	963.325	994.624	14.779	1.009.403
Lucro operacional antes do resultado financeiro	745.669	14.778	760.447	759.146	14.779	773.925
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	939.025	14.778	953.803	945.769	14.779	960.548
Lucro líquido do período	623.345	9.754	633.099	624.166	9.754	633.920

Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)

	01/04/2013 a 30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	Efeito da bonificação de ações (Nota 19.b)	01/04/2013 a 30/06/2013 Reapresentado
Lucro por ação:				
Lucro por ação (em R\$) - básico	0,79533	0,01249	(0,40372)	0,40411
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,79484	0,01254	(0,40338)	0,40400

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/06/2013 Reapresentado	30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/06/2013 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	2.681.211	(7.783)	2.673.428	3.151.060	(7.783)	3.143.277
Lucro bruto	1.891.729	(1.283)	1.890.446	1.977.155	(1.283)	1.975.872
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.518.470	(1.283)	1.517.187	1.540.143	(1.283)	1.538.860
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	1.904.532	(1.283)	1.903.249	1.911.808	(1.283)	1.910.525
Lucro líquido do semestre	1.264.211	(847)	1.263.364	1.267.202	(847)	1.266.355

Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)

	30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	Efeito da bonificação de ações (Nota 19.b)	30/06/2013 Reapresentado
Lucro por ação:				
Lucro por ação (em R\$) - básico	1,61311	(0,00108)	(0,80562)	0,80641
Lucro por ação (em R\$) - diluído	1,61223	(0,00108)	(0,80496)	0,80619

Notas Explicativas

Demonstração do fluxo de caixa do semestre findo em 30 de junho de 2013

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado(IFRS e BR GAAP)		
	30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/06/2013 Reapresentado	30/06/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/06/2013 Reapresentado
Resultado:						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.904.532	(1.283)	1.903.249	1.911.808	(1.283)	1.910.525
Aumento nos passivos operacionais	(442.280)	1.283	(440.997)	(409.398)	1.283	(408.115)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	937.574	-	937.574	1.014.902	-	1.014.902
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(167.887)	-	(167.887)	(174.955)	-	(174.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(819.298)	-	(819.298)	(819.298)	-	(819.298)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	-	4.681	-	4.681
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(49.611)	-	(49.611)	25.330	-	25.330

(*) Efeito da consolidação proporcional das “joint ventures” Paggo, Orizon, Prevsaude e Precisa, ajustados para fins de comparação com as demonstrações financeiras consolidadas.

(**) Efeito de alteração de prática contábil referente ao reconhecimento da receita de comissão das vendas parceladas com cartões de crédito, ajustados para fins de comparação com as demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas.

3.1 Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA	100,00	100,00	100,00	100,00
Multisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
M4Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Me-S	100,00	100,00	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

Notas Explicativas

	30/06/2014					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	34.706	17.048	62.631	12.094	594.097	2.173
Não circulante	45.735	36.910	19.658	14.808	191.917	1.857.180
Total do ativo	<u>80.441</u>	<u>53.958</u>	<u>82.289</u>	<u>26.902</u>	<u>786.014</u>	<u>1.859.353</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	18.584	18.372	62.522	2.826	508.873	3.328
Não circulante	36.686	-	-	15	6.217	1.173.706
Patrimônio líquido	25.171	35.586	19.767	24.061	270.924	682.319
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>80.441</u>	<u>53.958</u>	<u>82.289</u>	<u>26.902</u>	<u>786.014</u>	<u>1.859.353</u>

	31/12/2013					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	32.737	12.327	62.959	11.400	391.152	2.466
Não circulante	46.593	37.865	16.290	14.972	213.137	1.999.866
Total do ativo	<u>79.330</u>	<u>50.192</u>	<u>79.249</u>	<u>26.372</u>	<u>604.289</u>	<u>2.002.332</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	23.559	9.598	58.621	3.842	321.729	3.556
Não circulante	33.397	-	-	16	7.654	1.268.411
Patrimônio líquido	22.374	40.594	20.628	22.514	274.906	730.365
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>79.330</u>	<u>50.192</u>	<u>79.249</u>	<u>26.372</u>	<u>604.289</u>	<u>2.002.332</u>

	30/06/2014					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Resultado:						
Receita líquida	53.620	74.069	30.979	13.116	493.718	-
Lucro (prejuízo) bruto	52.595	3.874	17.121	6.766	138.712	(27.051)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.976	6.709	8.831	2.178	38.645	(3.587)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.740	6.662	9.063	2.393	38.238	(21.451)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	<u>2.797</u>	<u>6.715</u>	<u>5.302</u>	<u>1.547</u>	<u>23.464</u>	<u>(4.664)</u>

Notas Explicativas

	30/06/2013					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Resultado:						
Receita líquida	45.581	58.588	22.119	9.516	394.646	-
Lucro (prejuízo) bruto	44.346	3.216	11.241	6.478	104.621	(28.206)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.692	6.337	7.692	2.812	41.915	(2.170)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.953	6.401	7.826	2.884	41.483	(16.667)
Lucro líquido do semestre	1.950	5.923	5.130	1.839	26.037	(353)

3.2 Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa*	-	40,95	-	40,95
Guilher	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00

(*) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico, no montante de R\$ 1.500.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures” em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

	30/06/2014			
	Orizon	Prevsáude	Paggo	Guilher
Ativo:				
Circulante	99.417	11.233	116	97
Não circulante	53.500	546	418	16
Total do ativo	152.917	11.779	534	113
Passivo e patrimônio líquido:				
Circulante	9.102	1.317	78	259
Não circulante	797	7	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	143.018	10.455	456	(146)
Total do passivo e patrimônio líquido	152.917	11.779	534	113

Notas Explicativas

	31/12/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Ativo:					
Circulante	83.584	10.161	8.045	119	212
Não circulante	57.953	1.134	598	446	16
Total do ativo	141.537	11.295	8.643	565	228
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	11.844	1.956	1.712	732	65
Não circulante	629	-	68	1.000	-
Patrimônio líquido(passivo a descoberto)	129.064	9.339	6.863	(1.167)	163
Total do passivo e patrimônio líquido	141.537	11.295	8.643	565	228
	30/06/2014				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Resultado:					
Receita líquida	49.536	-	6.108	-	220
Lucro (prejuízo) bruto	25.062	1.365	4.269	(344)	(200)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	12.761	2.778	4.183	(369)	(305)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	16.183	2.890	4.475	(374)	(309)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	13.952	2.747	3.593	(374)	(309)
	30/06/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Resultado:					
Receita líquida	41.383	36.961	5.939	23	-
Lucro (prejuízo) bruto	18.875	1.517	3.735	(3.091)	(26)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	6.935	(444)	2.712	(7.637)	(64)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	8.941	(437)	2.794	(7.586)	(64)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	7.117	(551)	2.002	(7.586)	(64)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	34.593	22.432	43.214	30.150
Moeda estrangeira	4.753	8.003	236.711	135.856
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	112.947	152.021	135.052	165.959
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	26	72.923	14.799	89.331
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	1.663	1.766	1.663	1.766
Total	153.982	257.145	431.439	423.062

Notas Explicativas

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de junho de 2014, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 101,88% (102,07% em 31 de dezembro de 2013), da taxa DI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem relevantemente dos valores contabilizados.

5 Contas a receber operacionais

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Antecipação de recebíveis (a)	8.269.892	8.272.708	8.269.892	8.272.708
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	260.266	173.502
Valores a receber de estabelecimentos comerciais (c)	-	-	93.761	86.446
Trava de domicílio bancário (d)	9.808	11.593	9.808	11.593
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e)	5.936	6.142	5.936	6.142
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (f)	-	-	59.504	59.682
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (g)	22.127	21.772	22.127	21.772
Outras contas a receber	1.818	2.392	5.544	6.664
Total	8.309.581	8.314.607	8.726.838	8.638.509

- (a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais referente a transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, em 30 de junho de 2014, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$255.302 (R\$225.507 em 31 de dezembro de 2013), uma vez que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.
- (b) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (c) São representados pelo adiantamento das taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.
- (d) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

Notas Explicativas

- (e) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (f) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (g) Correspondem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito (“chargeback”).

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
A vencer	8.287.454	8.292.835	8.704.711	8.616.737
Vencidos até 45 dias	22.127	21.772	22.127	21.772
Total	<u>8.309.581</u>	<u>8.314.607</u>	<u>8.726.838</u>	<u>8.638.509</u>

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Compõem-se como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo (a)	653.163	575.860	668.762	592.542
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo (b)	-	-	295.458	325.594

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

- (a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	371.793	342.773	384.261	354.122
Provisão para despesas diversas	193.150	155.191	196.281	160.524
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	86.803	76.672	86.803	76.672
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.417	1.224	1.417	1.224
Total	<u>653.163</u>	<u>575.860</u>	<u>668.762</u>	<u>592.542</u>

Notas Explicativas

- (b) Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	289.240	317.939
Outras diferenças temporárias	6.218	7.655
Total	295.458	325.594

O imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo em 30 de junho de 2014, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis e provisão para perdas com equipamentos POS, no montante de R\$ 281.370 (R\$ 284.501 no consolidado) serão realizados nos próximos 12 meses. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 371.793 (R\$ 384.261 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho de cada ação, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 17. Nesse momento, não é praticável estimar quando ocorrerá o desfecho de cada ação.

7 Investimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Em controladas	757.583	803.793	-	-
Em controladas em conjunto	52.914	46.388	52.914	46.388
Total	810.497	850.181	52.914	46.388

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/12/2013
Controladas:										
Servinet	25.171	22.374	2.797	1.950	99,99	99,99	2.797	1.950	25.171	22.374
Multidisplay	51.960	56.966	6.715	5.923	50,10	50,10	3.364	2.967	26.032	28.540
Braspag	24.061	22.514	1.547	1.839	99,99	99,99	1.547	1.839	24.061	22.514
Cielo USA	682.319	730.365	(4.664)	(353)	100,00	100,00	(4.664)	(353)	682.319	730.365
Total controladas							3.044	6.403	757.583	803.793
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	143.018	129.064	13.952	7.117	40,95	40,95	5.713	2.914	52.686	46.972
Paggo (b)	456	(1.167)	(374)	(7.586)	50,00	50,00	(187)	(3.793)	228	(584)
Total controladas em conjunto (Consolidado)							5.526	(879)	52.914	46.388
Total (Controladora)							8.570	5.524	810.497	850.181

Notas Explicativas

Principais informações financeiras referente as controladas de forma indireta e controladas em conjunto de forma indireta.

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do semestre		Participação - %	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/12/2013
Prevsaude	10.455	6.863	3.593	2.002	40,95	40,95
Precisa (c)	-	9.339	2.747	(551)	-	40,95
Guilher	(146)	163	(309)	(64)	40,95	40,95
M4Produtos	19.767	20.628	5.302	5.130	50,10	50,10
Me-S	270.924	274.906	23.464	26.037	100,00	100,00

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (b) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compra, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares, conforme descrito na nota explicativa nº 9.
- (c) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico.

Na consolidação das informações contábeis intermediárias das controladas diretas Multidisplay e Braspag, bem como as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as informações contábeis intermediárias de 31 de maio de 2014 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de junho de 2014. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao semestre findo em 31 de maio de 2014.

A movimentação dos investimentos nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	738.041	42.977
Aumento de capital:		
Paggo	4.501	4.501
Variação cambial sobre investimento no exterior	53.744	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(4.009)	-
Equivalência patrimonial	5.524	(879)
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>797.801</u>	<u>46.599</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	850.181	46.388
Aumento de capital:		
Paggo	1.000	1.000
Variação cambial sobre investimento no exterior	(43.381)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:		
Multidisplay	(2.681)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos:		
Multidisplay	(3.192)	-
Equivalência patrimonial	8.570	5.526
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>810.497</u>	<u>52.914</u>

Notas Explicativas

8 Imobilizado

Controladora (BR GAAP)					
30/06/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.305.696	(848.026)	457.670	442.132
Equipamentos de processamento de dados	20	83.446	(40.522)	42.924	43.033
Máquinas e equipamentos	10	40.345	(39.185)	1.160	1.039
Instalações	10	15.589	(9.051)	6.538	6.617
Móveis e utensílios	10	7.050	(4.144)	2.906	3.081
Veículos	20	1.889	(961)	928	1.147
Total		1.454.015	(941.889)	512.126	497.049

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
30/06/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.306.433	(848.481)	457.952	442.437
Equipamentos de processamento de dados	20	102.872	(50.461)	52.411	52.330
Máquinas e equipamentos	10	48.243	(45.310)	2.933	2.849
Instalações	10	28.076	(15.572)	12.504	12.425
Móveis e utensílios	10	9.868	(5.908)	3.960	4.140
Veículos	20	1.890	(961)	929	1.147
Total		1.497.382	(966.693)	530.689	515.328

A movimentação do imobilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é como segue:

Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2014
Equipamentos POS (*)	442.132	175.591	(14.271)	(145.782)	457.670
Equipamentos de processamento de dados	43.033	6.043	-	(6.152)	42.924
Máquinas e equipamentos	1.039	379	-	(258)	1.160
Instalações	6.617	393	-	(472)	6.538
Móveis e utensílios	3.081	138	-	(313)	2.906
Veículos	1.147	131	(183)	(167)	928
Total	497.049	182.675	(14.454)	(153.144)	512.126

Notas Explicativas**Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	30/06/2014
Equipamentos POS (*)	442.437	175.627	(14.271)	(145.832)	(9)	457.952
Equipamentos de processamento de dados	52.330	8.014	-	(7.209)	(724)	52.411
Máquinas e equipamentos	2.849	731	-	(484)	(163)	2.933
Instalações	12.425	933	-	(854)	-	12.504
Móveis e utensílios	4.140	225	-	(405)	-	3.960
Veículos	1.147	134	(185)	(167)	-	929
Total	515.328	185.664	(14.456)	(154.951)	(896)	530.689

(*) Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, está contabilizada provisão para perda do valor recuperável de POS, nos montantes de R\$ 4.167 e R\$3.599, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

Controladora (BR GAAP)

	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciações	30/06/2013
Equipamentos POS (**)	452.617	161.076	(10.922)	(138.633)	464.138
Equipamentos de processamento de dados	21.864	3.097	-	(3.288)	21.673
Máquinas e equipamentos	1.427	-	-	(339)	1.088
Instalações	5.470	1.635	-	(409)	6.696
Móveis e utensílios	3.545	42	(8)	(312)	3.267
Veículos	1.378	246	-	(256)	1.368
Total	486.301	166.096	(10.930)	(143.237)	498.230

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/2012	Adições	Baixas	Variação Cambial	Depreciações	30/06/2013
Equipamentos POS (**)	452.749	161.118	(10.952)	13	(138.529)	464.399
Equipamentos de processamento de dados	25.909	3.981	(269)	100	(3.883)	25.838
Máquinas e equipamentos	1.903	1.231	-	161	(684)	2.611
Instalações	11.918	4.348	-	-	(942)	15.324
Móveis e utensílios	5.350	144	(9)	14	(512)	4.987
Veículos	1.377	246	-	-	(255)	1.368
Total	499.206	171.068	(11.230)	288	(144.805)	514.527

(**) Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, está contabilizada provisão para perda do valor recuperável de POS, nos montantes de R\$ 3.863 e R\$3.223, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, a Sociedade possui contratos de empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 13.(a).

9 Ágio na aquisição de investimentos

A composição analítica dos ágios em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Multidisplay:				
Ágio na aquisição de controlada	20.690	20.690	20.690	20.690
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Multidisplay	-	-	10.658	10.658
Braspag:				
Ágio na aquisição de controlada	25.966	25.966	25.966	25.966
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Braspag	-	-	13.377	13.377
Projeto Saúde (“Orizon”)	10.143	10.143	10.143	10.143
Me-S	-	-	863.923	918.891
Total	<u>56.799</u>	<u>56.799</u>	<u>944.757</u>	<u>999.725</u>

A movimentação do saldo de ágio nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	87.278	936.116
Ajuste de aquisição (a)	-	(14.411)
Perda no valor recuperável - ágio	(30.479)	(30.479)
Variação cambial	-	68.142
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>56.799</u>	<u>959.368</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	56.799	999.725
Variação cambial	-	(54.968)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>56.799</u>	<u>944.757</u>

(a) Referem-se a ajustes no preço de compra da participação, como seguem:

- Em novembro de 2012, a Me-S foi autuada pelo Estado de Washington em relação a divergências de interpretação em relação à base de cálculo para apuração de impostos sobre as receitas auferidas no período de 2006 a 2009. O valor de R\$8.189, pago pela Me-S, foi devolvido pelos vendedores a Cielo USA em janeiro de 2013, sendo o referido montante registrado como redutora do ágio.
- Em dezembro de 2012, a Me-S identificou créditos tributários no valor de R\$6.222 no balanço de abertura datado de 31 de agosto de 2012 aumentando o seu patrimônio líquido naquela data. Da mesma forma, a Cielo USA registrou referido montante como redutora do ágio e, conseqüentemente, um aumento no investimento na data da aquisição.

Projeto Saúde (“Orizon”)

Em janeiro de 2008, a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data. Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações

Notas Explicativas

representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. (“Dativa”) pelo montante de R\$71.691, transferindo os ágios na aquisição dessas controladas, nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização registrada até a data da transação.

Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização registrada até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

	Ágio	Participação %	Líquido
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perda de valor recuperável	<u>(39.116)</u>	99,99	<u>(39.116)</u>
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>73.017</u>		39.801
Efeito de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon			<u>(13.532)</u>
Ágio inicialmente registrado			<u>26.269</u>
(-) Provisão para perda no valor recuperável			<u>(16.126)</u>
Ágio líquido da provisão para perda no valor recuperável			<u>10.143</u>

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu, através da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis. O ágio, conforme o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de acionistas não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650.

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Servrede, incluía ágio na aquisição da controlada no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
Valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>17.002</u>
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	19.302
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>31.348</u>

Notas Explicativas

- (*) O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U, em agosto de 2010, foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição de participação - Paggo

Em setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade (através de sua então controlada CieloPar) em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. Com essa ação, a Sociedade buscou ampliar sua gama de produtos, alinhada com sua estratégia para o setor de “mobile payment”.

A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo. A aquisição da participação na Paggo deu-se em 28 de fevereiro de 2011, pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo possui ágio na aquisição das ações no montante de R\$46.979, gerado conforme segue:

Ativos Líquidos adquiridos	52.224
Ajuste no valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>(52.203)</u>
Ativos Líquidos adquiridos - Valor justo	21
(-) Preço total de compra considerado	<u>47.000</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>46.979</u>
(-) Provisão para perda no valor recuperável	<u>(46.979)</u>
Ágio líquido da provisão para perda no valor recuperável	<u>-</u>

- (*) Corresponde substancialmente à provisão para perdas do direito de uso de softwares registrada na controlada em conjunto Paggo no balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011, data do registro dos efeitos da alocação do ágio na aquisição do controle compartilhado. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada naquela data.

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, através da até então controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag, líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$40.000.

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela CieloPar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$39.343, gerado conforme segue:

Notas Explicativas

Ativos líquidos adquiridos	1.624
Valor justo dos passivos líquidos adquiridos (*)	<u>(967)</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657
(-) Preço total de compra considerado	<u>40.000</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>39.343</u>

- (*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes, e considerando as características da empresa adquirida, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$5.605.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S, empresa norte-americana com sede na cidade de Redwood City - Califórnia.

As demonstrações financeiras da Me-S foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) e foram originalmente preparadas em dólares norte-americanos. Na data da aquisição não existiam ajustes relevantes para a harmonização das U.S. GAAP às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRSs.

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, o balanço patrimonial, em reais, em 31 de agosto de 2012, considerado como balanço de abertura, é apresentado como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	93.500	-	93.500
Outros ativos (a)	22.194	6.222	28.416
Imobilizado	1.949	-	1.949
Ágio	67.709	(67.709)	-
Ativo intangível (b)	107.734	821.338	929.072
Imposto de renda diferido - Passivo sobre o valor justo dos ativos intangíveis (c)	-	(304.254)	(304.254)
Contas a pagar a estabelecimentos	(87.916)	-	(87.916)
Outras obrigações (d)	<u>(25.072)</u>	<u>(8.114)</u>	<u>(33.186)</u>
Total	<u>180.098</u>	<u>447.483</u>	<u>627.581</u>

- (a) Na data da aquisição foram identificados e registrados benefícios fiscais no valor de R\$6.222.
- (b) Refere-se à alocação nos ajustes a valor justo dos seguintes intangíveis: (i) plataforma de software de R\$223.300; (ii) relacionamento com clientes de R\$512.778; (iii) acordos de não competição com vendedores de carteiras de clientes de R\$71.862; (iv) outros intangíveis de R\$ 13.398, totalizando R\$821.338.

Notas Explicativas

- (c) Para fins de contabilização da aquisição efetuada e atendendo à legislação tributária norte-americana, o valor justo da aquisição dos investimentos alocado no ativo intangível não é dedutível para fins de apuração de imposto de renda nos Estados Unidos da América. Sendo assim, foi constituída provisão para imposto de renda diferido. Esses valores diferidos são amortizados para o resultado proporcionalmente ao montante de amortizações dos intangíveis efetuadas no período.
- (d) Na data da aquisição foi identificada e registrada provisão para prováveis perdas com contingências tributárias no valor de R\$8.114.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$818.875, gerado conforme segue:

Ativos Líquidos adquiridos	180.098
Valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos	<u>447.483</u>
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	627.581
Preço de compra considerado:	
Aquisição do controle da Me-S	1.365.256
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>81.200</u>
Ágio inicialmente registrado	<u><u>818.875</u></u>

10 Outros intangíveis

<u>Controladora (BR GAAP)</u>					
<u>30/06/2014</u>					
<u>31/12/2013</u>					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	164.993	(108.354)	56.639	53.080
Desenvolvimento de projetos	20	25.054	(14.693)	10.361	11.476
Relacionamento com clientes	10	953	(612)	341	365
Acordo de não competição	7,5	10.284	(5.431)	4.853	5.546
Contratos de serviços	20	11.994	(10.195)	1.799	3.598
Total		<u>213.278</u>	<u>(139.285)</u>	<u>73.993</u>	<u>74.065</u>
<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>					
<u>30/06/2014</u>					
<u>31/12/2013</u>					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	459.802	(155.461)	304.341	319.939
Desenvolvimento de projetos (b)	20	176.578	(116.894)	59.684	70.708
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	557.569	(43.099)	514.470	559.504
Acordo de não competição (d)	7,5 - 50	135.098	(47.811)	87.287	102.078
Contratos de serviços (e)	8 - 20	32.890	(12.062)	20.828	23.568
Marcas (f)	10	6.386	(1.171)	5.215	5.886
Total		<u>1.368.323</u>	<u>(376.498)</u>	<u>991.825</u>	<u>1.081.683</u>

- (a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$223.300 (equivalente a US\$110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 15 anos.

Notas Explicativas

- (b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

- (c) Relacionamento com clientes:

- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach”, considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
- **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil de 144 meses foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% e 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

- (d) Acordo de não competição:

- **Multidisplay e M4U**- O valor do acordo de não competição foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
- **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Fluxo de Caixa Descontado”, e sua vida útil de 96 meses teve como base a data de término do contrato.

Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o evento que ocorrer por último entre o encerramento da transação e a quebra do vínculo empregatício. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia “Fluxo de Caixa Descontado”, e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

- (e) Contratos de serviços:

- **Multidisplay e M4U**- Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
- **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Excess Earnings”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

- (f) Marca - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é como segue:

Notas Explicativas

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2013	Adições	Amortizações	30/06/2014
Software	53.080	12.107	(8.548)	56.639
Desenvolvimento de projetos	11.476	-	(1.115)	10.361
Relacionamento com clientes	365	-	(24)	341
Acordo de não competição	5.546	-	(693)	4.853
Contratos de serviços	3.598	-	(1.799)	1.799
Total	74.065	12.107	(12.179)	73.993

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2013	Adições	Baixas	Amortizações	Variação cambial	30/06/2014
Software	319.939	22.189	(3.004)	(20.340)	(14.443)	304.341
Desenvolvimento de projetos	70.708	757	(1.731)	(7.477)	(2.573)	59.684
Relacionamento com clientes	559.504	-	-	(12.108)	(32.926)	514.470
Acordo de não competição	102.078	-	-	(8.919)	(5.872)	87.287
Contratos de serviços	23.568	-	-	(2.330)	(410)	20.828
Marcas	5.886	-	-	(342)	(329)	5.215
Total	1.081.683	22.946	(4.735)	(51.516)	(56.553)	991.825

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012	Adições	Amortizações	30/06/2013
Software	35.042	659	(5.311)	30.390
Desenvolvimento de projetos	14.473	-	(1.503)	12.970
Relacionamento com clientes	412	-	(23)	389
Acordo de não competição	7.006	-	(2.424)	4.582
Contratos de serviços	6.957	-	(246)	6.711
Total	63.890	659	(9.507)	55.042

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições	Baixas	Amortizações	Variação cambial	30/06/2013
Software	282.407	5.314	-	(19.911)	19.081	286.891
Desenvolvimento de projetos	73.627	1.481	(311)	(6.807)	4.466	72.456
Relacionamento com clientes	511.489	-	-	(13.197)	42.058	540.350
Acordo de não competição	105.661	140	-	(7.896)	8.776	106.681
Contratos de serviços	27.028	-	-	(554)	575	27.049
Marcas	5.776	-	-	(347)	500	5.929
Total	1.005.988	6.935	(311)	(48.712)	75.456	1.039.356

As despesas com amortização de intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

11 Transações pendentes de repasse

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	53.223.624	55.727.256
Saldos a receber de bancos emissores	<u>(52.300.961)</u>	<u>(54.888.768)</u>
Total	922.663	838.488
Antecipação de valores com bancos emissores	<u>2.910.470</u>	<u>3.282.460</u>
Total de transações pendentes de repasse	<u><u>3.833.133</u></u>	<u><u>4.120.948</u></u>

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito. Conforme descrito na nota explicativa nº24.c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Contas a pagar a estabelecimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Transações pendentes de repasse (a)	3.833.133	4.120.948	3.833.133	4.120.948
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	360.903	192.826
Cauções de clientes (c)	-	-	<u>116.636</u>	<u>91.161</u>
Total	<u>3.833.133</u>	<u>4.120.948</u>	<u>4.310.672</u>	<u>4.404.935</u>

- (a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro 2013 corresponde ao “float” de aproximadamente dois dias.

Notas Explicativas

- (b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

13 Empréstimos e financiamentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
FINAME (a)	427.369	449.911	427.369	449.911
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (b)	1.029.182	1.094.730	1.916.979	2.038.574
Total	<u>1.456.551</u>	<u>1.544.641</u>	<u>2.344.348</u>	<u>2.488.485</u>
Circulante	253.944	269.555	257.271	273.110
Não circulante	<u>1.202.607</u>	<u>1.275.086</u>	<u>2.087.077</u>	<u>2.215.375</u>
Total	<u>1.456.551</u>	<u>1.544.641</u>	<u>2.344.348</u>	<u>2.488.485</u>

a. Finame

A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 4,76% ao ano em 30 de junho de 2014 (5,08% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos através de FINAME.

b. Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Notas Explicativas

Não há cláusulas de “covenants” financeiros em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.290.267	2.114.138
Novas captações	142.577	142.577
Pagamento de principal	(90.463)	(90.463)
Variação cambial (principal e juros)	80.338	149.521
Juros provisionados e encargos apropriados	32.180	46.677
Juros pagos	(31.270)	(46.562)
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>1.423.629</u>	<u>2.315.888</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485
Novas captações	115.865	115.865
Pagamento de principal	(138.063)	(138.063)
Variação cambial (principal e juros)	(66.224)	(123.335)
Juros provisionados e encargos apropriados	29.770	47.634
Juros pagos	(29.438)	(46.238)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>1.456.551</u>	<u>2.344.348</u>

Hedge Accounting

O Grupo designou a captação de recursos de terceiros, através da emissão dos “bonds” como instrumento financeiro de “hedge” para riscos relacionados à moeda estrangeira, como “hedge de investimentos líquidos em operações no exterior”.

Na data da captação dos recursos financeiros relacionados à emissão dos “bonds”, a Sociedade documentou a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto da proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os “hedges” de investimentos líquidos em operações no exterior, os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de “hedge” são reconhecidos em “Resultados abrangentes” e acumulados na rubrica “Variação cambial de empréstimo no exterior”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Os ganhos e as perdas do instrumento de “hedge” relativo à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira serão reclassificados para o resultado quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso em que o instrumento financeiro apresente vencimento anterior ao do item objeto de “hedge”.

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 30 de junho de 2014, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Ano de Vencimento	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2015	139.203	139.203
2016	37.925	37.925
2022	1.025.479	1.909.949
Total	<u>1.202.607</u>	<u>2.087.077</u>

14 Fornecedores

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Fornecedores	88.141	88.346	159.678	150.168
Provisões diversas	401.859	346.996	401.859	346.997
Total	<u>490.000</u>	<u>435.342</u>	<u>561.537</u>	<u>497.165</u>

15 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	303.679	466.818	300.790	471.360
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	17.055	21.389	17.962	22.777
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.335	19.090	8.533	20.020
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.859	8.348	6.571	10.246
Programa de Integração Social - PIS	6.816	7.990	7.140	8.418
Outros tributos a recolher	4.428	4.379	5.447	5.663
Total	<u>345.172</u>	<u>528.014</u>	<u>346.443</u>	<u>538.484</u>

16 Outras obrigações

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	61.483	64.781	61.700	65.030
Provisão para férias e encargos	25.201	18.498	35.643	26.369
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	29.706	54.851	40.167	69.991
Outros valores a pagar	-	-	34.989	35.367
Total	<u>116.390</u>	<u>138.130</u>	<u>172.499</u>	<u>196.757</u>
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	4.297	3.991	10.055	9.749
Total	<u>120.687</u>	<u>142.121</u>	<u>182.554</u>	<u>206.506</u>

Notas Explicativas

17 Provisão para riscos e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/06/2014
Tributárias	939.601	80.879	(332)	582	-	1.020.730
Cíveis	18.236	10.262	(8.303)	906	(2.861)	18.240
Trabalhistas	71.066	15.510	(9.057)	234	(2.912)	74.841
Total	1.028.903	106.651	(17.692)	1.722	(5.773)	1.113.811

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/06/2014
Tributárias	960.226	80.879	(332)	584	-	1.041.357
Cíveis	19.945	10.262	(8.303)	906	(2.861)	19.949
Trabalhistas	83.853	23.863	(14.107)	248	(2.943)	90.914
Total	1.064.024	115.004	(22.742)	1.738	(5.804)	1.152.220

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/06/2013
Tributárias	751.873	88.804	(599)	386	-	840.464
Cíveis	20.886	6.421	(6.016)	1.081	(2.097)	20.275
Trabalhistas	46.362	13.912	(3.834)	87	(291)	56.236
Total	819.121	109.137	(10.449)	1.554	(2.388)	916.975

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/06/2013
Tributárias	774.438	88.804	(599)	404	-	863.047
Cíveis	22.594	6.421	(6.017)	1.083	(2.097)	21.984
Trabalhistas	55.994	16.381	(3.838)	97	(941)	67.693
Total	853.026	111.606	(10.454)	1.584	(3.038)	952.724

Notas Explicativas

- (i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado do período.
- (ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.
- (iii) No semestre findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 655 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 5.804.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de junho de 2014, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 18.240 na controladora e R\$ 19.949 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 5.202 na controladora e R\$ 5.219 no consolidado.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2014, existem ações civis públicas, geralmente movidas pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos, a exemplo dos direitos do consumidor ou de determinados grupos ou classes de estabelecimentos comerciais. As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 30 de junho de 2014, incluíam 266 ações trabalhistas contra a Cielo e 69 contra as controladas, totalizando 335 ações. Dentre essas ações, 132 foram movidas por ex empregados e as 203 restantes foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal, elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras e reflexos, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, entre outros motivos.

Em 30 de junho de 2014, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 74.841 na controladora e R\$ 90.914 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 17.275 na controladora e R\$ 19.621 no consolidado.

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

Notas Explicativas

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em novembro de 2011, a controlada Servinet desistiu da discussão judicial para efeito de adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/09, estando atualmente aguardando definição dos valores a serem levantados pela empresa. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, ainda pendente de julgamento. Em 30 de junho de 2014, o valor dessa provisão para riscos é de R\$ 983.696 na controladora e R\$ 1.004.251 no consolidado, e o saldo do depósito judicial é de R\$ 969.370 na controladora e R\$ 990.568 no consolidado.
- **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de junho de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 14.588 na controladora e no consolidado.
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. A empresa prosseguirá com a discussão nos Tribunais Superiores. Em 30 de junho de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$10.895 na controladora e no consolidado, e o valor do depósito judicial é de R\$10.895 na controladora e no consolidado.
- **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de junho de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 7.045 e o valor do depósito judicial é de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de junho de 2014 no montante de R\$ 4.506 na controladora e R\$ 4.578 no consolidado.

Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$ 8.106 na controladora e R\$ 10.863 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 30 de junho de 2019.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2014 e de 2013, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Tributárias	97.892	86.788	104.874	92.222
Cíveis	42.570	57.992	42.570	57.993
Trabalhistas	51.281	41.643	65.179	51.463
Total	<u>191.743</u>	<u>186.423</u>	<u>212.623</u>	<u>201.678</u>

b. Depósitos judiciais

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2013	Adição	30/06/2014
Tributários	913.789	81.627	995.416
Cíveis e trabalhistas	<u>11.516</u>	<u>10.961</u>	<u>22.477</u>
Total	<u>925.305</u>	<u>92.588</u>	<u>1.017.893</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2013	Adição	30/06/2014
Tributários	937.726	81.645	1.019.371
Cíveis e trabalhistas	<u>13.683</u>	<u>11.157</u>	<u>24.840</u>
Total	<u>951.409</u>	<u>92.802</u>	<u>1.044.211</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2012	Adição	30/06/2013
Tributários	738.372	87.227	825.599
Cíveis e trabalhistas	<u>7.248</u>	<u>1.959</u>	<u>9.207</u>
Total	<u>745.620</u>	<u>89.186</u>	<u>834.806</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2012	Adição	30/06/2013
Tributários	762.352	87.227	849.579
Cíveis e trabalhistas	<u>9.040</u>	<u>2.396</u>	<u>11.436</u>
Total	<u>771.392</u>	<u>89.623</u>	<u>861.015</u>

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2014 está representado por 1.572.230.938 ações ordinárias (786.115.469 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013), todas subscritas e integralizadas.

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais). Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.a), a quantidade de ações em circulação em 30 de junho de 2014 é de 1.565.882.893 (785.408.414 ações em 31 de dezembro de 2013).

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

Notas Explicativas

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2014 é de R\$99.104 (R\$99.637 em 31 de dezembro de 2013).

c. Ações em tesouraria

Em 11 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura.

Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de Capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2013	707.055	(37.055)	52,41
Venda em janeiro de 2014	(2.024)	107	52,41
Recompra em janeiro de 2014	1.165.300	(75.990)	60,38
Venda em fevereiro de 2014	(5.427)	328	60,38
Recompra em fevereiro de 2014	1.285.000	(82.806)	62,04
Venda em março de 2014	(149.987)	9.357	62,04
Recompra em março de 2014	<u>164.700</u>	<u>(11.052)</u>	62,29
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	<u>3.164.617</u>	<u>(197.111)</u>	<u>62,29</u>
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	3.164.617	-	-
Venda em abril de 2014	(20.929)	652	31,14
Recompra em abril de 2014	94.734	(3.414)	31,22
Venda em abril de 2014	(7.426)	232	31,22
Venda em maio de 2014	(8.676)	271	31,22
Venda em junho de 2014	(38.892)	1.214	31,22
Saldo final em 30 de junho de 2014	<u>6.348.045</u>	<u>(198.156)</u>	<u>31,22</u>

Notas Explicativas

- (*) **Bonificação:** foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação uma nova ação ordinária para cada ação ordinária de que fossem titulares, gerando o efeito total de 3.164.617 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de “hedge” de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013
Variação cambial sobre investimento no exterior	56.714	100.209
Resultado com instrumentos de “hedge” (“bonds”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(40.543)	(84.116)
Resultado com instrumentos de “hedge” (“NDF”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	<u>5.526</u>	<u>5.448</u>

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2014 é de R\$279.973 (R\$200.000 em 31 de dezembro de 2013).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros através da retenção de parte do lucro líquido do exercício de 2013 em R\$772.081, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Adicionalmente, foi complementada reserva de lucros a partir do resultado advindo da alteração de política contábil, referente ao reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas em R\$127.054.

A retenção referente ao exercício de 2013, bem como sobre o efeito da alteração de prática contábil, em R\$ 899.135, está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 28 de janeiro de 2014, e foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2014. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente fomentar a operação de recebíveis (“ARV”).

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho de 2014 é de R\$551.385 (R\$1.551.385 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Durante a reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$914.820 (representado pela soma dos montantes R\$414.410 registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013, e de R\$500.410, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais aos propostos” em 31 de dezembro de 2013) e R\$46.000 como juros sobre o capital próprio (R\$39.100, líquido de IRRF). Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2014.

Em 30 de junho de 2014, os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio, referentes ao 1º semestre de 2014, foram provisionados nos montantes de R\$702.967 e R\$66.800 (R\$56.780, líquido de IRRF), respectivamente, na rubrica “Dividendos a pagar” nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido do semestre	1.599.468
Reserva de lucros - reserva legal	(79.973)
	<hr/>
Base de cálculo dos dividendos mínimos	1.519.495
Dividendos provisionados	702.967
Juros sobre o capital próprio provisionados	66.800
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(10.020)
	<hr/>
Dividendo mínimo obrigatório - 50%	<u>759.747</u>

Notas Explicativas

19 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2013	785.408.414
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2014	2.024
Fevereiro de 2014	5.427
Março de 2014	149.987
Recompra de ações em tesouraria - Janeiro de 2014	(1.165.300)
Recompra de ações em tesouraria - Fevereiro de 2014	(1.285.000)
Recompra de ações em tesouraria - Março de 2014	(164.700)
Efeito de bonificação de ações	782.950.852
Recompra de ações em tesouraria - Abril de 2014	(94.734)
Abril de 2014	28.355
Maio de 2014	8.676
Junho de 2014	38.892
Total	<u>1.565.882.893</u>

b. Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 31 de março de 2014, houve o aumento do capital social em R\$1.000.000 mediante capitalização de reservas de orçamento de capital, atribuindo aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada uma ação ordinária de que forem titulares na posição final do dia 31 de março de 2014. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

c. Lucro por ação básico

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	1.599.468	1.263.364	1.599.468	1.263.364
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>1.564.286</u>	<u>1.566.658</u>	<u>1.564.286</u>	<u>1.566.658</u>
Lucro por ação (em R\$) - Básico	<u>1,02249</u>	<u>0,80641</u>	<u>1,02249</u>	<u>0,80641</u>

Notas Explicativas

d. Lucro por ação diluído

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido do semestre disponível para as ações ordinárias	1.599.468	1.263.364	1.599.468	1.263.364
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.564.286	1.566.658	1.564.286	1.566.658
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	3.396	430	3.396	430
Total (em milhares)	<u>1.567.682</u>	<u>1.567.088</u>	<u>1.567.682</u>	<u>1.567.088</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>1,02028</u>	<u>0,80619</u>	<u>1,02028</u>	<u>0,80619</u>

20 Receita líquida

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses:		Período de seis meses:		Período de três meses:		Período de seis meses:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita operacional bruta	1.708.845	1.529.998	3.401.098	2.970.756	2.021.125	1.782.654	4.016.463	3.458.096
Impostos sobre serviços	<u>(168.572)</u>	<u>(154.071)</u>	<u>(336.203)</u>	<u>(297.328)</u>	<u>(180.398)</u>	<u>(162.896)</u>	<u>(358.047)</u>	<u>(314.819)</u>
Total	<u>1.540.273</u>	<u>1.375.927</u>	<u>3.064.895</u>	<u>2.673.428</u>	<u>1.840.727</u>	<u>1.619.758</u>	<u>3.658.416</u>	<u>3.143.277</u>

A receita operacional bruta é composta pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais, pelo aluguel de equipamentos POS, pela prestação de serviços de utilização de rede, bem como por outros serviços relacionados aos meios de pagamento eletrônicos.

21 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses:		Período de seis meses:		Período de três meses:		Período de seis meses:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Despesas com pessoal	81.676	66.786	163.384	124.866	126.034	96.972	246.655	182.754
Depreciações e amortizações	83.507	77.011	165.323	152.744	103.776	99.979	206.467	193.517
Serviços profissionais	98.782	77.232	160.849	142.860	89.821	65.993	149.571	122.098
Gastos com adquirência (a)	376.396	332.817	725.567	622.122	551.689	479.411	1.069.475	902.706
Vendas e marketing (b)	55.897	45.665	119.227	96.512	58.093	50.462	125.478	105.196
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	-	-	38.977	25.802	70.334	56.023
Outras	8.391	16.759	12.587	22.661	23.380	27.621	45.493	41.244
Total	704.649	616.270	1.346.937	1.161.765	991.770	846.240	1.913.473	1.603.538
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	462.302	412.602	894.246	782.982	703.776	610.355	1.363.508	1.167.405
Despesas com pessoal	51.234	41.519	104.700	75.234	87.646	65.237	171.326	120.005
Despesas gerais e administrativas	88.698	70.110	149.599	127.261	91.161	70.756	164.177	129.327
Vendas e marketing	55.898	45.665	119.227	96.512	58.094	50.463	125.478	105.196
Outras despesas operacionais, líquidas	46.517	46.374	79.165	79.776	51.093	49.429	88.984	81.605
Total	704.649	616.270	1.346.937	1.161.765	991.770	846.240	1.913.473	1.603.538

- (a) Os gastos com adquirência são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

22 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Braspag e Paggo.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

Notas Explicativas

As tabelas a seguir incluem os saldos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014:

Controladora (BR GAAP)										
30/06/2014										31/12/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil		Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total
Ativos (Passivos):										
Aplicações financeiras (a)	25.026	1.820	-	-	-	-	-	-	26.846	74.633
Contas a receber operacionais	2.251	2.041	-	-	-	-	-	-	4.292	3.948
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-	-	-	54	2.680	-	9	26	2.769	73
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	-	-	(10.482)	-	-	(129)	-	(710)	(11.321)	(12.570)
Controladora (BR GAAP)										
Período de três meses findo em 30/06/2014										Período de três meses findo em 30/06/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil		Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	625	469	-	-	-	-	-	-	1.094	1.364
Receitas de prestação de outros serviços (b)	6.361	5.785	-	-	337	1.056	23	82	13.644	10.590
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	106	-	-	-	-	106	351
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(1.148)	(1.246)	-	-	-	-	-	-	(2.394)	(2.324)
Outras despesas operacionais (d)	(5.215)	(734)	-	-	-	-	-	(626)	(6.575)	(5.463)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(37.281)	-	-	-	-	-	(37.281)	(28.192)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	-	-	(1.176)	(1.176)	(1.379)
Controladora (BR GAAP)										
Período de seis meses findo em 30/06/2014										Período de seis meses findo em 30/06/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil		Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.314	470	-	-	-	-	-	-	1.784	2.643
Receitas de prestação de outros serviços (b)	12.663	11.621	-	-	627	2.066	93	178	27.248	20.459
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	239	-	-	-	-	239	709
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(2.701)	(2.736)	-	-	-	-	-	-	(5.437)	(4.833)
Outras despesas operacionais (d)	(9.755)	(1.353)	-	-	-	(1.321)	-	(2.157)	(14.586)	(9.226)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(62.492)	-	-	-	-	-	(62.492)	(53.126)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	-	-	(2.700)	(2.700)	(3.345)

Notas Explicativas

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(e).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Notas Explicativas

Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. O contrato também estabelece a remuneração da BankPar, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de aquisição da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhante àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

Notas Explicativas

23 Imposto de renda e contribuição social

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses:		Período de seis meses:		Período de três meses:		Período de seis meses:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.174.184	953.803	2.371.004	1.903.249	1.177.393	960.548	2.377.837	1.910.525
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(399.223)	(324.293)	(806.141)	(647.105)	(400.314)	(326.586)	(808.465)	(649.579)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	22.712	16.796	22.712	16.796	22.712	16.796	22.712	16.796
Perda no valor recuperável de ágio	-	(10.363)	-	(10.363)	-	(10.363)	-	(10.363)
Benefício fiscal de P&D (Lei do Bem)	-	-	10.037	7.139	-	-	10.037	7.139
Efeito de diferenças permanentes, líquidas	(883)	(2.844)	1.856	(6.352)	(2.849)	(6.475)	699	(8.163)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(377.394)</u>	<u>(320.704)</u>	<u>(771.536)</u>	<u>(639.885)</u>	<u>(380.451)</u>	<u>(326.628)</u>	<u>(775.017)</u>	<u>(644.170)</u>
Correntes	(442.814)	(344.386)	(848.839)	(677.737)	(450.430)	(351.429)	(861.333)	(687.103)
Diferidos	65.420	23.682	77.303	37.852	69.979	24.801	86.316	42.933

As doações para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R\$ 2.087 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 5.000 no semestre findo em 30 de junho de 2013). No período compreendido de 01/04/2014 a 30/06/2014, os incentivos fiscais contabilizados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e consolidado totalizaram R\$ 1.500 (R\$ 5.000 no período compreendido de 01/04/2013 a 30/06/2013).

24 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Notas Explicativas

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Dívida (i)	(1.456.551)	(1.544.641)	(2.344.348)	(2.488.485)
Caixa e equivalentes de caixa	153.982	257.145	431.439	423.062
Dívida líquida	(1.302.569)	(1.287.496)	(1.912.909)	(2.065.423)
Patrimônio líquido (ii)	3.487.560	3.319.825	3.497.115	3.331.879
Índice de endividamento líquido	37,35%	38,78%	54,70%	61,99%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Em 30 de junho de 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		30/06/2014			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Categoria		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	153.982	153.982	431.439	431.439
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	8.309.581	8.309.581	8.726.838	8.726.838
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	Empréstimos e recebíveis	2.769	2.769	467	467
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.017.893	1.017.893	1.044.211	1.044.211
Fornecedores	Outros passivos financeiros	490.000	490.000	561.537	561.537
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	3.833.133	3.833.133	4.310.672	4.310.672
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	Outros passivos financeiros	11.321	11.321	-	-
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.456.551	1.425.397	2.344.348	2.222.251

Notas Explicativas

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

c. Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de se proteger de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A Sociedade também é credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta-corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta-corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Notas Explicativas

e. “Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“net investment hedge”)

Com base na Interpretação nº 16 do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” (interpretação técnica ICPC 06 - “Hedge” de Investimento Líquido em Operação no Exterior), emitida em julho de 2008, e consubstanciada na norma IAS 39 (pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), a Sociedade optou por designar como “hedge” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “ten years bonds”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “ten years bonds”, está acrescido do “gross-up” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “hedge accounting”.

A contabilização dos efeitos do “hedge” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “hedge”; (ii) tipo de “hedge”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“hedge” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“hedging instrument”); (vi) demonstração da correlação do “hedge” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no semestre findo em 30 de junho de 2014, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “hedges” de investimento líquido na Cielo USA; consequentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

f. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, a Sociedade possui o controle da Me-S, através da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas através da moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Em 30 de junho de 2014, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.914	109.232
Contas a receber operacionais	-	160.782
Outros ativos	-	17.625
Investimentos em moeda estrangeira	311.981	-
Imobilizado	-	4.076
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	795.897
Total	314.895	1.087.612
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(3.663)	(220.539)
Outros passivos	-	(13.268)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(2.203)	(4.096)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Encargos	-	3.700
Imposto de renda diferido	-	(141.483)
Efeito tributário sobre instrumento de “hedge” - “Bonds” designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(316.066)	(1.090.886)
Posição vendida de dólares norte-americanos	(1.171)	(3.274)

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 30 de junho de 2014, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%
Resultado (i)	650	1.625	3.250
Patrimônio líquido (i)	258	645	1.289

- (i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

g. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

Notas Explicativas

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

h. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

i. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI (fonte: CETIP) e os empréstimos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (fonte: Banco Central do Brasil - BACEN). Em 30 de junho de 2014, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, em milhares de reais, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	583	1.458	2.916	709	1.773	3.546
Empréstimos e financiamentos	2.916	7.291	14.581	4.660	11.650	23.300

25 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, bem como para as subsidiárias exercerem as suas, o Grupo celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Ano	
2014	6.188
2015	12.872
2016	13.551
Total	<u>32.611</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística

Em 30 de junho de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística são os seguintes:

Ano

Notas Explicativas

2014	354.027
2015	687.749
2016	723.993
Total	<u>1.765.769</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$18.263. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$5.156. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

26 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Período de três meses:		Período de seis meses:		Período de três meses:		Período de seis meses:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Colaboradores	11.164	10.706	23.439	18.043	15.371	13.825	31.733	24.328
Diretores estatutários	<u>2.776</u>	<u>3.619</u>	<u>6.267</u>	<u>6.230</u>	<u>2.902</u>	<u>3.851</u>	<u>6.582</u>	<u>6.695</u>
Total	<u>13.940</u>	<u>14.325</u>	<u>29.706</u>	<u>24.273</u>	<u>18.273</u>	<u>17.676</u>	<u>38.315</u>	<u>31.023</u>

27 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado são como seguem:

	Período de três meses:			Período de seis meses:		
	30/06/2014			30/06/2014		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.453	3.001	4.454	3.148	5.913	9.061
Conselhos de administração	<u>398</u>	<u>-</u>	<u>398</u>	<u>765</u>	<u>-</u>	<u>765</u>
Total	<u>1.851</u>	<u>3.001</u>	<u>4.852</u>	<u>3.913</u>	<u>5.913</u>	<u>9.826</u>

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2014, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2014, foi de R\$44.995, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável. Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o exercício de 2014 foi R\$ 460 (R\$ 309 para o exercício de 2013).

A remuneração do Conselho Fiscal no semestre findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$192 (R\$154 para o semestre findo em 30 de junho de 2013).

28 Resultado financeiro

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses:		Período de seis meses:		Período de três meses:		Período de seis meses:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	2.907	4.297	5.831	7.813	3.474	4.516	7.091	8.453
Outras receitas financeiras	115	63	124	143	134	114	148	202
Total	3.022	4.360	5.955	7.956	3.608	4.630	7.239	8.655
Despesas financeiras:								
Juros de mora e multas	(12)	(13)	(58)	(45)	(15)	(19)	(83)	(62)
Multas e juros de riscos	(784)	(239)	(1.685)	(2.440)	(792)	(253)	(1.701)	(2.468)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores	(71.385)	(34.356)	(138.747)	(50.069)	(71.385)	(34.356)	(138.747)	(50.069)
Juros e encargos sobre empréstimos	(14.393)	(15.953)	(29.770)	(32.180)	(23.051)	(22.686)	(47.634)	(46.677)
Atualização monetária sobre o saldo devedor referente à aquisição de 50,1% do capital social da Multidisplay	-	(581)	-	(1.242)	-	(581)	-	(1.242)
Outras despesas financeiras	(5.432)	(5.709)	(10.649)	(7.354)	(5.609)	(5.962)	(11.135)	(7.907)
Total	(92.006)	(56.851)	(180.909)	(93.330)	(100.852)	(63.857)	(199.300)	(108.425)
Antecipação de recebíveis:								
Receita com antecipação de recebíveis (a)	439.110	268.102	849.320	495.796	439.110	268.102	849.320	495.796
Despesa de ajuste a valor presente (b)	(16.123)	(22.190)	(29.795)	(24.563)	(16.123)	(22.190)	(29.795)	(24.563)
Total	422.987	245.912	819.525	471.233	422.987	245.912	819.525	471.233
Variação cambial, líquida (c)	(75)	(65)	(95)	203	(84)	(62)	(96)	202
Total	333.928	193.356	644.476	386.062	325.659	186.623	627.368	371.665

- (a) A receita com antecipação de recebíveis nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 e nos períodos de 01/04/2014 a 30/06/2014 e 01/04/2013 a 30/06/2013 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante os semestres e períodos findos naquelas datas.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes;
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do período.

- (c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses:		Período de seis meses:		Período de três meses:		Período de seis meses:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Variação cambial, líquida:								
Receitas	285	126	910	621	285	129	916	623
Despesas	(360)	(191)	(1.005)	(418)	(369)	(191)	(1.012)	(421)
Total	(75)	(65)	(95)	203	(84)	(62)	(96)	202

29 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses:		Período de seis meses:		Período de três meses:		Período de seis meses:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Perdas com créditos incobráveis e "chargebacks"	(29.577)	(10.785)	(57.376)	(26.107)	(29.577)	(10.785)	(57.376)	(26.107)
Provisão para risco, líquida	(7.018)	(7.078)	(8.430)	(17.788)	(10.621)	(9.221)	(11.716)	(20.396)
Perda no valor recuperável de ágio	-	(30.479)	-	(30.479)	-	(30.479)	-	(30.479)
Baixas efetivas com imobilizado	(9.963)	(6.268)	(14.454)	(10.930)	(9.963)	(6.568)	(14.456)	(11.230)
Outras	41	8.236	1.095	5.528	(932)	7.624	(5.436)	6.607
Total	(46.517)	(46.374)	(79.165)	(79.776)	(51.093)	(49.429)	(88.984)	(81.605)

30 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância Segurada
Responsabilidade civil e executivos	110.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	28.983
Lucros cessantes	15.786
Veículos	1.039
Armazenagem de POS	169.344
Transporte de POS	1.692.902
FINAME de POS	835.588

Notas Explicativas

31 Plano de opção de compra de ações

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que ratificou a aprovação do plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, que tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009, 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011, 23 de julho de 2012 e 19 de julho de 2013 foram aprovadas a primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009 (primeira, segunda e terceira outorgas), nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta e quinta outorgas, promovendo as seguintes alterações no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “Restrict Shares”, limitado ao montante de R\$5.800. Esse programa tem como objetivos minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão transferidas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014, a Sociedade ressaltou a necessidade de fortalecer a capacidade da Cielo para formar e reter o melhor time de executivos do segmento, e deliberou aprovação do plano Sócio Cielo 2014.

Notas Explicativas

Data de outorga	Quantidade de ações						Saldo	Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação 2012	Bonificação 2013	Bonificação 2014			
Julho de 2009	1.042.320	(90.596)	(1.024.286)	68.717	5.344	8.177	9.676	9,87	4,05
Setembro de 2009	220.480	(55.335)	(217.112)	40.505	11.462	-	-	14,72	4,55
Julho de 2010	1.073.680	(285.628)	(1.005.359)	163.314	71.403	50.952	68.362	13,89	4,54
Julho de 2011	1.315.854	(229.873)	(803.458)	262.413	273.433	836.144	1.654.513	10,85	4,33
Julho de 2012	987.487	(127.775)	(34.154)	-	189.146	1.040.526	2.055.230	18,53	7,62
Julho de 2013	1.049.141	(63.964)	(15.364)	-	-	990.085	1.959.898	21,63	10,08
Fevereiro de 2012 ("Restrict shares")	96.850	-	(139.449)	19.369	23.246	16	32	-	18,34
Fevereiro de 2013 ("Restrict shares")	70.819	(76)	(17.928)	-	14.149	84.892	151.856	-	21,86
Março de 2014 ("Restrict shares")	105.000	-	-	-	-	105.000	210.000	-	29,21
Total	5.961.631	(853.247)	(3.257.110)	554.318	588.183	3.115.792	6.109.567		

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Outorga em							
	Julho e setembro de 2009	Julho de 2010	Julho de 2011	Fevereiro de 2012	Julho de 2012	Fevereiro de 2013	Julho de 2013	Março de 2014
"Dividend yield"	6,66%	5,73%	8,87%	4,67%	5,36%	3,61%	3,71%	3,54%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	37,51%	38,27%	38,88%	31,65%	26,97%	30,06%	25,04%
Período esperado para o exercício	5 anos	5 anos	6 anos	2 anos	6 anos	2 anos	6 anos	2 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do período e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 e 36 meses. No semestre findo em 30 de junho de 2014, foi reconhecida provisão de R\$10.496 líquido dos encargos (R\$8.651 em 30 de junho de 2013), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal".

Desses montantes, corresponde a parcela de diretores estatutários o montante de R\$4.297 líquido dos encargos (R\$3.750 em 30 de junho de 2013).

Foram exercidas 233.361 ações no valor de R\$11.029 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (132.806 ações no valor de R\$1.314 no semestre findo em 30 de junho de 2013), sendo o total de opção de ações exercidas, líquido das outorgas, registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 30 de junho de 2014, de R\$533 (total de R\$7.083 de opção de ações outorgadas em 30 de junho de 2013).

32 Benefícios a empregados

a. Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no semestre findo em 30 de junho de 2014, em despesas de contribuições no montante de R\$4.141 (R\$3.282 em 30 de junho de 2013), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Notas Explicativas

Adicionalmente, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014 a Sociedade incorreu em despesas de contribuições no montante de R\$2.194 (R\$1.377 no período de 01/04/2013 a 30/06/2013), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

b. Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$15.931 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$8.181 em 30 de junho de 2013).

Adicionalmente, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014, a Sociedade e suas controladas incorreram em despesas de R\$9.390 (R\$5.082 no período de 01/04/2013 a 30/06/2013).

33 Itens que não afetam o caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	(43.381)	53.743	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta				
- Multidisplay	2.681	-	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	65.847	80.887	122.958	150.070
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio propostos	769.767	589.515	769.767	589.515
Ajuste de créditos tributários realizado no balanço de abertura da Me-S e reconhecido como ajuste no ágio	-	-	-	6.222

34 Informações por segmento de negócio

A Sociedade possui um único segmento de negócio, informação essa reportada de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Esse segmento é oriundo da prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos e serviços correlatos.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, através de suas controladas Me-S e Cielo USA. O sumário das informações financeiras dessas controladas está divulgado na nota explicativa nº 3.

35 Outros assuntos

A Medida Provisória (MP) nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei 12.973/14 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de sua aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014, a qual deve ser formalizada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF de maio de 2014, a ser entregue até o início de agosto de 2014.

Notas Explicativas

A Sociedade está finalizando os estudos sobre os impactos oriundos dos novos dispositivos legais e, por enquanto, não identificou oportunidades que motivem a adesão antecipada à nova regulamentação para o ano-calendário de 2014.

Adicionalmente, a Lei nº 12.973/14 reabriu novamente o prazo de adesão aos programas de pagamento e parcelamento de débitos fiscais federais vencidos até 30 de novembro de 2008, instituídos pelas Lei nº 11.941/09 (intitulado como Refis da Crise) e nº 12.249/10, cujos prazos de adesão já tinham sido reabertos pela Lei nº 12.865/13. A Administração identificou algumas novas oportunidades de adesão e está finalizando a análise de aderir ou não a esses programas, cujos prazos se encerram em 31 de julho de 2014.

Ainda, a Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, ampliou os débitos fiscais federais sujeitos aos programas de pagamento e parcelamento previstos nas Leis nº 11.941/09 e nº 12.249/10, incluindo as dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2013, e estabeleceu, mediante a Medida Provisória nº 651 de 09 de julho de 2014, o prazo de adesão até 25 de agosto de 2014. A Administração está avaliando se irá ou não aderir a esse programa de pagamentos ou parcelamento de débitos fiscais.

A Administração não espera impactos relevantes decorrentes destes programas.

36 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de Julho de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Cielo S.A.

Barueri – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, em decorrência da mudança de política contábil descrita na referida nota, as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de julho de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Cláudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas”.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Barueri, 29 de julho de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Barueri, 29 de julho de 2014.